

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Ana Lucia Brasil (T)
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cristofolletti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Luis Cláudio de Assis (T)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CMDR - Rio Claro	Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Fernando Ruitter (T)
	Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	José Rodolfo Penatti (T)
	Rodrigo Cristofolletti (S)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
IP/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staninger (T)
P.M. de Jaguariúna	Walter Ferrari Neto (S)
P.M. de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro (T)
	Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S)
	Vitor Oliveira Bragotto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T)
Pró-Flor Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SANASA	Luis Cláudio de Assis (T)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (T)
Sindicato Rural de Monte Mor	Luís Fernando Amaral Binda (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICA	André Elia Neto (S)
UNICAMP	Alfredo Borges de Campos (T)
Membros ausentes	
Entidade	
CISBRA	
IAC	

Instituto Agir Ambiental
Instituto Terra Mater
IPÊ
Mackenzie - Campinas
P.M. de Campinas
P.M. de Charqueada
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Jarinu
P.M. de Louveira
P.M. de Salto
P.M. de Socorro
P.M. de Toledo
Rotary International - D4590
SEMAE
Sindicato Rural de Bragança Paulista
Sindicato Rural de Indaiatuba
Sindicato Rural de Itu
Sindicato Rural de Jundiá
Sindicato Rural de Piracicaba
Sindicato Rural de Salto
SINMEC
Terceira Via
UNICAMP/FEAGRI

Membros ausentes com justificativa
SIMA/CFB

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Taina Moura
	Tiago Georgette
	Felipe Ferreira
AFOCAPI	Wildner
Fundação José Pedro de Oliveira	Lais Santos de Assis
SIMA/CFB/CTR-Campinas	Jeanne M. G. Le Bourlegat Santos
Sindicato Rural de Atibaia	Thiago Rafael Nogueira do Nascimento

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 20 de maio de 2022. **1. Abertura da 147ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL):** A abertura da 147ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

(CT-Rural) dos Comitês PCJ, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, foi realizada pelo Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum em segunda chamada para o início da reunião. O Sr. Baraldi propôs a inclusão de dois itens de pautas para atendimento de demandas da CT: “Formação da Comissão do evento *webinar*”; e “Indicação de membros para GT-Plano de Ação da CT-RN”. Não havendo questionamentos, o Sr. Baraldi colocou a proposta em votação sendo aprovados por todos. **2. Informes. 2.1. da Coordenação da CT-RURAL:** a) O Sr. Baraldi informou sobre os andamentos para o planejamento da *webinar* “O Produtor Rural como produtor de água” que está programado para acontecer no mês de julho/22. O Sr. Denis Herisson, representante da CATI/SAA, informou que não recebeu dos membros a indicação de palestrantes e que estão planejando convidar representantes da Secretaria de Agricultura do município de Piracicaba/SP para falar sobre “Pagamentos por Serviços Ambientais”, da Coplacana/Afocapi para falar sobre “Adoção das boas práticas agropecuárias e sua correlação com a qualidade e quantidade de água” e o Sr. João Demarchi do IZ/APTA para apresentar sobre os “Programas dos Comitês PCJ que podem ser acessados para este tema”. Informou que o evento está programado para acontecer no dia 21 de julho, das 13h30 às 17h e será transmitido por meio da plataforma do *Youtube*, na conta da Agência PCJ; b) O Sr. Baraldi informou sobre a realização do V Seminário de Saúde Ambiental “Segurança da água no contexto da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ” que aconteceu no dia 26/04/22 por videoconferência e que pode ser acessado pelo link <<https://www.youtube.com/watch?v=U6p-Kjj-CCM>>. Informou que uma das discussões foi sobre a nova Portaria de Potabilidade do Ministério da Saúde (MS) nº 888/2021 que traz questões relativas aos produtores rurais. A Sra. Ana Lucia Brasil, representante da ABES, informou da disponibilização de um modelo de carta que pode ser disponibilizada para os Sindicatos Rurais e informou da realização do evento X Seminário Nacional e V Encontro Latino-americano de Saneamento Rural da ABES que foi realizado em Recife/PE, durante os dias 18 e 19 de maio. Informou que dentre os palestrantes, esteve presente o Sr. Sergio Razera, diretor-

presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ e que o evento foi frutuoso nos debates acerca dos desafios da universalização do saneamento rural no Brasil. **2.2. dos coordenadores de GT:** a) O Sr. Baraldi informou que no âmbito do GT-Mananciais, o grupo está elaborando um ofício a ser encaminhado para a Agência PCJ solicitando recursos com a finalidade de financiar estudos para dimensionar benefícios gerados por melhorias de conservação do solo e adequação em estradas rurais para os efeitos da infiltração de água no solo em áreas rurais e urbanas e para apoio em ações de Macrodrenagem, a ser realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). O Sr. João Demarchi informou que está em discussão a realização desse estudo com técnicos do IPT, para dimensionamento de boas práticas implantadas e os benefícios gerados. Os técnicos do IPT estão elaborando uma proposta de estudo a ser apresentado para alguns membros do GT, podendo avançar depois dentro das tramitações dos Comitês PCJ. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, complementou informando que esse estudo poderá contribuir com informações para melhorar as ações de reservação de água no solo e diminuição do efeito de cheias a jusante. A Sra. Melissa Pin Lucheti Sampaio, representante da CATI/SAA, sugeriu aproveitar os produtores participantes do projeto em Rio Claro/SP como projeto-piloto dessa iniciativa. **2.3. dos Membros:** O Sr. Baraldi convidou os membros para realização de informes: a) O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE Rio Claro e P.M. de Rio Claro/SP, informou dos trabalhos realizados para mobilização e convencimento para participação do projeto da Política de Mananciais no município de Rio Claro/SP, principalmente os que estão situados na Bacia do Ribeirão Batalha, cujo prazo de adesão é o dia 10/06. Quanto ao projeto “Nascentes do Ajapi”, informou que está na fase de licitação, conforme informação fornecida pela Agência PCJ; b) O Sr. Miguel também destacou o trabalho de organização do Plano Municipal de Saneamento Rural do município de Rio Claro/SP, que está na fase de licitação da empresa que realizará os trabalhos; c) O Sr. Miguel destacou também que em reunião da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), realizada em São Pedro/SP, em que o tema foi o Turismo Rural, onde um dos pontos destacados como empecilho é a ausência da estrutura de saneamento rural como

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

infraestrutura para sua dinamização pela RMP; **d)** O Sr. Fernando Ruiten, representante das Cooperativas de Holambra/SP, informou que anteriormente, era necessário que o produtor apresentasse uma análise periódica de qualidade da água do poço, que era exigência para outorga do DAEE, e que foi retirada da demanda da obrigação pela regra de outorga e destacou que o retorno dessa obrigação encarecerá os custos de produção para o produtor rural. A Sra. Ana Lucia Brasil, representante da ABES, ressaltou que pode ter sido retirado da regulamentação da outorga, mas que ela se mantém na legislação de potabilidade. E as discussões acerca da Portaria nº 888 do Ministério da Saúde que solicita análises diárias que é o objeto de contestação no âmbito da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. O Sr. José Penatti, representante da Coplacana, lembrou da importância de se pensar em ações com a validação de laboratórios públicos que pudessem realizar essas análises gratuitamente ou a valores subsidiados, dado a importância desse tema para a saúde pública. O Sr. Miguel destacou a importância do acompanhamento dos parâmetros de presença de *Escherichia coli* e Nitrato, que são pontos importantes na questão da potabilidade no meio rural. O Sr. Fernando sugeriu pensar numa proposta de oferta dessas análises como uma contraprestação para aqueles produtores que estabelecem medidas de conservação de solo e facilitação da infiltração de água no solo. **2.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. João Baraldi passou a palavra o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio à Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para realizar os Informes: **a)** Alteração de representantes na CT-Rural: o Sr. Tiago Georgette informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes do membro Prefeitura Municipal de Limeira/SP solicitando a inclusão da Sra. Gabriela Alves Ribeiro como sua representante titular e a inclusão dos Srs. Fabio Leandro Ferraz Peixoto e Vitor Oliveira Bragotto como seus representantes suplentes. Como essa alteração é de uma entidade já participante, Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago Georgette salientou a importância dos representantes

realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo *link* <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>> e do Capacita-SIGRH pelo *link* <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>, e reforçou que há a possibilidade de realizá-la em outras instituições também. Solicitou que os representantes que concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2022, para o *e-mail* da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação de seus membros para obtenção de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês); **c)** Foram informadas as próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ, cuja participação não é obrigatória, sendo elas a 85ª Reunião Ordinária da CT-PL, a ser realizada no dia 03/06/22 às 9h e a 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada no dia 29/06/22, às 9h. Ambas as reuniões terão transmissão ao vivo no *YouTube* com *link* a ser disponibilizado na agenda de reuniões do sítio eletrônico dos Comitês PCJ; **d)** Newsletter Comitês PCJ: o Sr. Tiago convidou a todos para conhecerem a plataforma de atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas, que periodicamente é atualizada pela Assessoria de Comunicação da Agência PCJ. Os interessados podem acompanhar por meio do *link* <<https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>>. **3. Aprovação da Ata da 146ª Reunião Ordinária, realizada em 25/03/2022:** O Sr. João Baraldi informou que a minuta de ata da 146ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 25/03/2022, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou aos membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, solicitou correção de sua fala naquela reunião. Assim, o Sr. Baraldi colocou em apreciação a minuta de ata que foi aprovada por unanimidade com a alteração solicitada. **4. Palestra sobre Corredores Ecológicos:** O Sr. João Baraldi convidou a Sra. Lais Santos de Assis, bióloga e representante da Fundação José Pedro de Oliveira de Campinas/SP para realizar a apresentação “Corredores Ecológicos: Experiências e Desafios”. A Sra. Lais agradeceu a oportunidade e apresentou a realidade do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

estado de São Paulo, com grandes áreas desmatadas e convertidas para atividades agropecuárias e remanescentes florestais de pequena dimensão e dispersos na paisagem. Explicou que se essas áreas forem mantidas assim, tende ao empobrecimento genético e de espécies tendendo ao desaparecimento de sua biodiversidade, pela deterioração causada pelo chamado “efeito de borda”. Informou que nas Bacias PCJ, os remanescentes naturais são de 3.073 km² (três mil e setenta e três quilômetros quadrados) ou aproximadamente 20% (vinte por cento) da área total. Uma saída para essa perda é a conexão dessas áreas por meio de corredores ecológicos, utilizando-se principalmente de matas ciliares. Apresentou a área mínima para manutenção de algumas espécies existentes em nossa região, como a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) na ordem de 1,3 a 90 km² (um quilômetro quadrado e três décimos a noventa quilômetros quadrados) e do veado-catingueiro (*Mazama gouzoubira*) com área na ordem de 30 a 300 ha (trinta a trezentos hectares), dentre outros. Como estudo de caso, a Sra. Lais apresentou a situação da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Mata de Santa Genebra, situada no município de Campinas/SP, unidade de conservação federal e de co-gestão com a Prefeitura de Campinas/SP, por meio da Fundação José Pedro Oliveira (FJPO). A área da ARIE é de 251,7 ha (duzentos e cinquenta e um hectares e sete décimos) e estima-se a existência de 338 (trezentas e trinta e oito) espécies de animais vertebrados e 660 (seiscentas e sessenta) espécies vegetais, algumas com risco de extinção. A Sra. Lais apresentou um vídeo com o avistamento de animais na área da Mata e mostrou que dentro do território do município de Campinas/SP, há grande desconexão com as principais áreas de remanescentes no entorno. Informou que essa desconectividade gera altos índices de atropelamento em estradas. Apresentou uma proposta de estabelecimento de corredores, utilizando-se de matas ciliares e seus desafios como identificação dos proprietários das áreas, a largura dos corredores ecológicos e a anuência dos proprietários para formação dos corredores. Informou que um dos projetos é o estabelecimento de um corredor ecológico que conecte a Mata de Santa Genebra à ARIE “Matão de Cosmópolis” no município de Artur Nogueira/SP. Apresentou também a necessidade de construção de passagens de fauna nas

rodovias para evitar atropelamentos, mas reconheceu haver ainda muito empirismo nesse processo e poucas certezas científicas a respeito de sua dimensão e morfologia. A Sra. Lais informou que no município de Campinas/SP há uma legislação com incentivos aos proprietários como o cadastramento no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Banco de Áreas Verdes (BAV), que pode gerar diminuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Informou que dentre as ações implementadas destacam-se a recuperação de dois trechos de matas ciliares no Córrego do Guará em área de 1,5 ha (um hectare e cinco décimos) e Córrego da Mata com área de 4 ha (quatro hectares), a recuperação ambiental de duas áreas no entorno da Mata com áreas de 20 ha (vinte hectares) e 18 ha (dezoito hectares) respectivamente, e recuperação da área de preservação permanente da lagoa situada na Zona de Amortecimento da Mata com área de 2 ha (dois hectares). O Sr. Baraldi agradeceu a apresentação e abriu aos demais membros para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Baraldi destacou a importância do estabelecimento de parcerias como o Programa “Água Boa” realizado pela empresa Itaipu Binacional com 51 (cinquenta e um) municípios a montante e no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica. O Sr. Miguel Milinski questionou sobre as ações de controle das árvores Leucena (*Leucaena leucocephala*). A Sra. Lais explicou que são ações diferentes conforme a localização dos indivíduos, mas que a principal ação executada é o anelamento profundo do caule. O Sr. João Demarchi, representante do IZ/APTA, comentou sobre os desafios referentes ao processo educativo de sensibilização dos produtores e a ausência de cuidado para conexão de áreas remanescentes no processo de disciplinamento do uso e ocupação do solo por parte das prefeituras municipais que pouco dialogam com o planejamento regional. Ressaltou também a importância da aproximação desses temas com empresas de saneamento ambiental que podem apoiar o processo de conservação. O Sr. José Penatti, representante da Coplacana, destacou a importância do diálogo com os produtores para que a instalação de corredores ecológicos não coloque em risco a produção agropecuária e não inviabiliza as ações de mecanização agrícola. O Sr. Baraldi agradeceu as contribuições e deu prosseguimento na pauta 5.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Atualização do GT-SAA e Comitês PCJ: Na sequência, o Sr. João Baraldi informou que esse assunto seria tratado pela Sra. Marina Barbosa, assessora da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ e pelo Eng. Henrique Bellinaso, representante da CATI/SAA para explicarem sobre o Protocolo de Intenção assinados, mas que eles não puderam participar da reunião. O Sr. Denis, em nome deles, informou que a composição do grupo GT-SAA foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18/05/2022, sendo composta pelos Srs. Henrique Bellinaso, representante da CATI Regional Piracicaba; Carlos Reys Vukomanovic, representante do Gabinete da CATI; Melissa Pin Lucheti Sampaio, representante da CATI Regional Limeira; Denis Herisson da Silva, representante da CATI Regional Piracicaba, Ivan Gerdzijauskas, Marina Peres Barbosa e Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, representantes da Agência das Bacias PCJ. Informou também que a primeira reunião do GT-SAA foi planejada para o dia 03/06/2022 com o objetivo de elaborar o Plano de Trabalho do GT. Informou também que compete ao Grupo de Trabalho: i) propor a implementação de programas, projetos e ações de mobilização e sensibilização dos proprietários rurais e das entidades representativas do setor e dos órgãos governamentais envolvidos na gestão dos recursos hídricos, para a formação, capacitação e funcionamento dos organismos de bacias hidrográficas previstos na legislação vigente; ii) propor a implementação de programas, projetos e ações de recuperação, conservação e preservação dos recursos hídricos, com enfoque no uso sustentável da água no meio rural; iii) propor a implementação de programas, projetos e ações relacionados ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, Plano de Regularização Ambiental – PRA e ao Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA; iv) propor a implementação de programas, projetos e ações relacionados a compartilhar informações técnicas e dados cadastrais sobre os usuários de recursos hídricos no meio rural e sobre as respectivas propriedades rurais, observado a cláusula décima quinta do protocolo; v) apoiar a divulgação e implementação de ações visando o cadastro de usuários e da outorga de direito de uso nas Bacias PCJ; vi) desenvolver ações e capacitação, voltadas ao acesso aos recursos financeiros da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a implementação das

ações aprovadas pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ; e vii) propor convênios, ou termos de cooperação técnica específicos, necessários para cada implementação das ações previstas. **6. Espaço aberto para perguntas e demais informes:** O Sr. Baraldi verificou se os membros tinham algum questionamento e não havendo deu prosseguimento na pauta. **7. Formação da Comissão do evento webinar:** Na sequência, o Sr. Baraldi solicitou ao Sr. Denis Herisson para que apresentasse mais informações sobre a composição da comissão do evento *webinar* “O Produtor Rural como produtor de água”. O Sr. Denis informou que, em reunião com a equipe de apoio da SE/PCJ, houve o entendimento de que não se fazia necessária a criação de um GT transitório para organização deste evento, bastando assim apenas a criação de uma comissão, organização menos burocrática e mais rápida de trabalho, que apoiará a organização do evento. O Sr. Baraldi abriu para manifestações e solicitaram participação os seguintes membros: AFOCAPI, representada pelo Sr. José Rodolfo Penatti; COPLACANA, representada pelo Sr. José Rodolfo Penatti; CATI/SAA, representada pelo Sr. Denis Herisson; DAAE de Rio Claro/SP, representada pelo Sr. Miguel Madalena Milinski; IZ/APTA, representada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi; P.M. de Rio Claro/SP, representado pelo Sr. Miguel Madalena Milinski; Sindicato Rural de Rio Claro/SP, representado pelo Sr. João Primo Baraldi e P.M. de Piracicaba/SP, representada pela Sra. Evelise Motta como convidada. **8. Indicação de membros para GT-Plano de Ação da CT-RN:** Na sequência, o Sr. Baraldi passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para explicar sobre essa demanda de criação de Grupo de Trabalho relacionado ao Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. O Sr. Tiago explicou que, conforme estabelecido no Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas para os anos 2022-2023, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021, a CT-Rural possui uma ação do planejamento estratégico dos Comitês PCJ a serem discutidas no âmbito da Categoria A, a qual engloba as atividades demandadas pela SE/PCJ para as CTs considerando o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ, PA/PI, PAP-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 27/05/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

PCJ e POA-PCJ, e atividades de acompanhamento de execução solicitada pela Agência das Bacias PCJ. O Sr. Tiago lembrou que os Comitês PCJ vêm desenvolvendo o seu Planejamento Estratégico desde 2020, onde definiu as Declarações Corporativas (Missão, Visão de Futuro, Atributos da Visão de Futuro e Valores) e a análise SWOT, aprovadas pela da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 116/20, de 30/06/2020. Posteriormente, foi construído pelas coordenações das Câmaras Técnicas (CTs) o Mapa Estratégico e o Plano de Ação do Planejamento Estratégico, para o período 2022 a 2025, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 379/21, de 07/10/2021. Dessa forma, o Mapa Estratégico e o Plano de Ações para o período 2022 a 2025 é o resultado das discussões que compila as ações a serem desenvolvidas, compreendendo 03 (três) perspectivas, divididos em 08 (oito) temas estratégicos, desenvolvidos em 19 (dezenove) Objetivos Estratégicos (OE) que se desdobram em várias Iniciativas Estratégicas (IE). Para essas ações, foram elencados os responsáveis por sua execução, bem como prazos de conclusão, sendo que algumas ações couberam a uma ou mais Câmara Técnica dos Comitês PCJ. Para a CT-Rural coube discutir 1 (uma) iniciativa estratégica, sendo ela o OE 15 - IE: 01 Aprimorar o gerenciamento e uso das principais ferramentas de suporte a decisão para o planejamento e gestão de recursos hídricos. (em articulação com a CT-EA, MH, PB e RN). O Sr. Tiago explicou que, em reunião do GT-Integração das ações das CTs, no âmbito da CT-PL que foi realizada em 10/02/2022, foi acordado que as ações que estavam a cargo de mais de uma CT, apenas uma CT criaria o GT e coordenaria o processo de desenvolvimento, compondo um GT Transitório, estando as demais CTs atuando como convidadas, indicando representantes para participação neste GT. Assim, da ação anteriormente elencada, o Sr. Tiago informou que a ação será coordenada pela CT-RN, havendo a necessidade da CT-Rural indicar representantes para participar do GT representando a CT-Rural. O Sr. Baraldi abriu para manifestações e solicitaram participação os seguintes membros: CATI/SAA, representada pelo Sr. Denis Herisson; Cooperativas de Holambra/SP, representada pelo Sr. Petrus Bartholomeus Weel; DAAE de Rio Claro/SP, representado pelo Sr. Miguel Madalena Milinski; Sindicato Rural de Rio Claro/SP, representado

pelo Sr. João Primo Baraldi; P.M. de Rio Claro/SP, representado pelo Sr. Miguel Madalena Milinski; UNICA, representada pelo Sr. André Elia Neto. O Sr. Baraldi agradeceu o apoio e desejou bom trabalho. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Coordenador-adjunto da CT-Rural